

ÍNDIOS

190
Funai espera acalmar a tribo caingangue

O aumento de tensão entre os 2.500 índios caingangues das reservas do São João do Irapuá e Guarita — no município de Miraguai, na Região Noroeste do Estado —, neste final de semana, denunciado pelo prefeito de Tenente Portela, Lúcio Adalberto Motta (PDS), não chegou a causar surpresa ao delegado regional-substituto da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sérgio Luiz Albuquerque.

“Muito pelo contrário”, dizia ele ontem pela manhã, lembrando que aquela área vive num conflito permanente desde o início deste ano, quando o cacique Ivo Ribeiro brigou com o seu braço direito, Domingos Ribeiro, e a reserva foi dividida em duas, ficando a tribo com dois chefes: Ivo, no Irapuá, e Domingos na Guarita. “Problemas sempre teremos numa área dividida. Graças a Deus não aconteceu coisa mais séria”, disse referindo-se à fuga de índios da Guarita para o Irapuá que foi, segundo, Motta, um dos fatos deflagradores do aumento da tensão na região.

Albuquerque crê que os chefes dos postos da Guarita, Jerônimo Brás, e do Irapuá, Ivo Della Betta, conseguirão controlar a situação e evitar novo confronto. Em junho úl-

timo, cinco índios resultaram mortos de um conflito nas reservas. O delegado-substituto confia também em que o projeto agrícola que a Funai está implantando nas duas reservas consiga manter os ânimos calmos.

A confiança que Albuquerque tem de que a situação entre os caciques permaneça calma até maio de 1984 (quando, segundo o acordo firmado em junho, todos os brancos posseiros serão retirados da área e deverá ser feita, entre os 2.500 índios, uma eleição direta para a escolha do novo cacique, para unir a tribo novamente), entretanto, não é compartilhada por líderes sindicais e prefeitos da região, que temem um novo conflito armado entre os índios.

O principal motivo que os leva a temer um novo confronto é que a mesma estrutura que propiciou a divisão da tribo e o conflito de junho ainda permanece intacta. Os índios continuam sem assistência médica, a comida ainda é uma mercadoria muito rara e bastante cara na Guarita e no Irapuá. Também permanece sem uma explicação da Funai o envolvimento de seu funcionário Ivo Della Betta na venda clandestina de madeira.

Anai acusa cacique de não cumprir acordo

Na última semana, por três noites consecutivas, os índios caingangues da reserva da Guarita, chefiados pelo cacique Domingos Ribeiro, não dormiam. Esperavam uma invasão, considerada iminente, dos moradores da reserva de São João do Irapuá, liderados pelo cacique Ivo Ribeiro. A denúncia é do presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), Júlio Gaiger. A invasão, no entanto, não aconteceu.

Gaiger disse que a informação do prefeito de Tenente Portela, Lúcio Adalberto Motta (PDS), de aumento de tensão entre a tribo caingangues, neste final de semana, foi inteiramente confirmada pela ANAI. E acrescenta que o

acordo colocou um ponto final no violento conflito armado de junho, não está sendo cumprido por Ivo Ribeiro. Acontece que o cacique Ivo tinha acertado que, até maio de 1984, todos os brancos seriam expulsos da reserva. Segundo Gaiger, no entanto os contratos clandestinos com colonos para plantar nas terras da reserva do Irapuá continuam sendo renovados.

Ele culpa o delegado regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Antônio Gilberto Borges, pelo aumento da tensão na área indígena por ter permitido a divisão da reserva. E informa que a ANAI deverá fazer uma reunião de emergência para estudar a situação dos caingangues.

Gaiger diz que a morte de Marçal precisa ser esclarecida logo

Júlio Gaiger, presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) falou sobre o ato público ocorrido sábado último, na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, em repúdio ao assassinato do chefe guarani Marçal de Souza.

Gaiger disse que mais de 3 mil pessoas participaram do ato, entre elas o deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) e o vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro.

“Pela primeira vez no Brasil se rezou uma missa onde os guaranis tiveram a oportunidade de cantar os ritos, acrescentou, defendendo que a sociedade deve continuar a exigir do Governo Federal o esclarecimento desse crime ocorrido há duas semanas.